



### PARECER JURÍDICO Nº 68/2022 Departamento Jurídico

O presente expediente visa auxiliar de forma rápida e sem tautologia os critérios técnicos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa necessários a tramitação, discussão e aprovação de texto posto a análise do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Arroio do Tigre/RS.

#### 1. RELATÓRIO.

Trata-se Projeto de Lei nº 62, de 14 de julho de 2022, que busca autorização Legislativa para o Poder Executivo incluir no orçamento e abrir crédito especial, no montante de R\$ 54.224,00(...).

É o breve relatório.

#### 2. ANÁLISE PRELIMINAR.

A matéria comporta a seguinte orientação técnica.

##### 2.1. Da Competência

Inicialmente vale o registro de que a norma fora proposta pelo Executivo Municipal, para apreciação do Parlamento Local sobre a autorização para incluir no orçamento e abrir crédito especial, o valor R\$ 54.224,00(...).

Segundo o autor, trata-se o presente P.L. de recurso destinado ao incremento temporário, repassado por tempo determinado, com a finalidade de atender à oferta dos serviços socioassistenciais. Que o valor acima descrito foi repassado diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social através da Estrutura da Rede dos Serviços do SUAS, para dar suporte às despesas com serviços de terceiros, gênero alimentício, materiais de consumo e outros, devendo o valor ser destinado às despesas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, dentro das orientações da Ação 219-G (SIGTV – Custeio, restando configurado, nos termos do art. 30, I da CF/88, o interesse local para legislar.

##### 2.2. Da Iniciativa

O projeto de lei em análise está dentre aquelas matérias em que há reserva de iniciativa – Art. 61, §1º, inciso II CF/88.



### 2.3. Da técnica Legislativa

A presente proposta em que pese adequada, contempla a totalidade das disposições contidas na Lei Complementar nº 95/98 e alterações que cristalizaram disposições de forma e conteúdo a serem observadas na elaboração dos textos legais.

Dito isso, sem medo de séria contestação, tenho que resta assegurada a Competência legislativa em favor da Municipalidade e a Iniciativa em favor do proponente, não havendo de se falar vício formal de qualquer ordem quanto a estes. Da mesma forma, *s. m. j.*, não há reparações no tocante a redação apresentada, pois nesta presente clareza, precisão e ordem lógica.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA.


No tocante a análise de conteúdo trata-se de medida possível de ser apreciada em plenário não havendo óbice a sua tramitação.

### 4. CONCLUSÃO.

**Ante o exposto**, a Acessória Jurídica **opina** que nada impede a regular tramitação do Projeto de Lei nº 62/2022. Assim sendo, inevitável o encaminhamento da conclusão da presente orientação à “Comissão Temática” da casa e, posteriormente, à deliberação Plenária. Por fim, salienta-se que, o parecer jurídico exarado é de caráter meramente opinativo, cabendo exclusivamente aos nobres *Edis*, apreciar o seu mérito.

É a orientação técnica.

Arroio do Tigre/RS, 15/07/2022.

  
**CARLOS HENRIQUE MAINARDI**  
OAB/RS 94.298  
Assessor Jurídico